

Desigualdades na saúde social marcam agenda da Conferência da ETUI sobre “Trabalho e Cancro”

“Os locais de trabalho não são apenas espaços onde as pessoas trabalham – são espaços onde elas vivem as suas vidas. Tudo o que é proibido ao nível da saúde e da proteção ambiental deveria ser igualmente proibido no local de trabalho.” Foi com estas palavras que Laurent Vogel, investigador do Instituto Sindical Europeu (ETUI), encerrou a conferência sobre “Trabalho e Cancro” organizada pela ETUI que decorreu entre 14 e 15 de Novembro, em Bruxelas.

As desigualdades na saúde social foram tema recorrente ao longo do evento, que culminou com os testemunhos poderosos de três mulheres que trabalharam numa fábrica de licra holandesa afeta ao gigante da indústria química americana DuPont e foram expostas a um potente solvente usado no fabrico da famosa fibra sintética. Esta exposição teve graves efeitos não só ao nível da sua saúde (tais como cancros e problemas ginecológicos) mas também ao nível da dos seus filhos (incluindo casos de nados-mortos, abortos e deficiências cognitivas)

Na sequência destes testemunhos corajosos, Marian Schaapman, chefe do Departamento de Condições de Trabalho, Segurança e Saúde da ETUI desde Outubro, reiterou os apelos dos sindicatos para a inclusão das substâncias reprotóxicas na Diretiva Europeia sobre a proteção dos trabalhadores contra riscos relacionados com a exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos no trabalho, que está atualmente a ser revista.

Schaapman disse que os casos holandeses ilustram largamente a natureza invisível das doenças profissionais e que esta invisibilidade era ainda mais inaceitável por os mais afetados serem frequentemente trabalhadores com empregos “precários” (trabalhadores atípicos, mulheres e trabalhadores pouco qualificados, entre outros).

Os investigadores que falaram ao longo dos dois dias de debates referiram repetidamente a tendência persistente para ignorar as desigualdades ao nível da saúde social, tendo David Gee, professor da Universidade de Brunel em Londres, providenciado uma longa lista de exemplos. Antes dos anos 1950, registava-se uma indiferença generalizada face ao facto de os trabalhadores das fábricas de borracha inglesas correrem um maior risco de contrair cancro da bexiga devido à exposição a amins aromáticas, e a exposição ao amianto culminou nas duas décadas depois de ter sido cientificamente provado que a fibra é um agente cancerígeno.

Um estudo sobre os custos dos cancros ocupacionais na União Europeia, encomendado pela ETUI e desenvolvido por uma empresa de consultoria, revelou que os níveis mais elevados de exposição a agentes cancerígenos continuam a fazer-se sentir entre os trabalhadores manuais. Tomando a França como exemplo, podemos determinar que 36% dos cancros do pulmão, 10% dos cancros da bexiga e 10% dos cancros da faringe tiveram origem na exposição profissional e que os cancros nestes sítios estão frequentemente associados à exposição a agentes cancerígenos mais passíveis de encontrar em ambientes industriais e de construção (amianto, sílica, crómio hexavalente, serradura, hidrocarbonos aromáticos policíclicos, etc.).

A resposta das autoridades europeias a esta crise de saúde oculta – que ceifa 100 mil vidas por ano – ficou, durante muitos anos, bastante aquém das expectativas. Mas a situação começa a mudar. Devido, por um lado, ao desejo de aumentar as suas credenciais sociais e, por outro, ao impulso que lhe deu o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia tem feito muitos progressos nos últimos meses, no que diz respeito a legislação europeia destinada a proteger os trabalhadores dos agentes cancerígenos.

Após ter parado por completo durante a presidência de Durão Barroso, a revisão da Diretiva sobre Agentes Cancerígenos e Mutagénicos deverá agora – partindo do pressuposto de que a Comissão cumprirá as suas promessas – ficar concluída em 2019, com a aprovação de 50 valores-limite de exposição (VLEs). As discussões atualmente em curso centram-se no quão baixos deverão ser estes valores-limite e embora nos últimos meses tenha sido alcançado algum consenso relativamente a determinadas substâncias (crómio hexavalente e pó de serradura, por exemplo), ainda não há acordo em relação a outras.

Os sindicatos permanecem céticos quanto ao valor-limite adotado para a sílica e o epidemiólogo americano David Michaels, Secretário Adjunto do Trabalho para a OSHA (Administração da Segurança e Saúde no Trabalho) durante a presidência Obama, observou que este valor-limite era duas vezes mais alto do que aquele que havia sido aprovado durante o seu mandato.

Em relação a outros agentes cancerígenos, as opiniões das partes interessadas dividem-se; por exemplo, as emissões de escape de motores a diesel (EEMD) deveriam ter sido incluídas no segundo pacote de VLEs para agentes cancerígenos, mas acabaram por não constar da proposta de diretiva final. Tony Musu, perito da ETUI em riscos químicos, lembrou os participantes que cerca de 19 milhões de europeus estiveram expostos a EEMD no trabalho, e Charlotte Grevfors, representante da Comissão, sugeriu que os EEMD poderão vir a ser incluídos num futuro pacote de VLEs.

Vários oradores referiram que, embora a aprovação de VLEs possa parecer à partida um processo neutro, houve muita negociação de interesses concorrentes nos bastidores. Emmanuel Henry, sociólogo francês, explicou que os VLEs deste tipo são o produto invariável de um “compromisso social”, cujo cerne é o número de vidas humanas que uma sociedade está preparada para sacrificar de modo a assegurar a continuação de determinadas atividades económicas.

Anna Ritzberger-Moser, representante do Ministério do Trabalho austríaco, que assumirá a presidência do Conselho Europeu na segunda metade de

2018, afirmou que a aprovação de um valor-limite deve ser sempre vista como um “ponto de partida”, ou, por outras palavras, a primeira etapa no percurso para a substituição de agentes cancerígenos por outras substâncias no local de trabalho.

Vale a pena recordar que a Diretiva obriga os empregadores a substituir os agentes cancerígenos “tanto quanto tecnicamente possível” por substâncias não-perigosas ou menos perigosas para a Segurança e a Saúde.

Tradução da responsabilidade da UGT.

Aceda à versão original [Aqui](#).
